

RELATÓRIO DE GESTÃO

INFARMED, I.P.

2019

Os resultados alcançados constituem motivação para todos quantos trabalham ou colaboram com o INFARMED, I.P. e, assim, contribuíram ou contribuem para a missão de proteção da Saúde Pública nas áreas do medicamento e produtos de saúde.



ÍNDICE

Nota introdutória	2
Síntese da análise da atividade desenvolvida.....	3
Desempenho orçamental	6
Receita	7
Despesa	9
Origem da receita e aplicação da despesa.....	14
Origem Receita.....	14
Aplicação da despesa	16
Situação económico - financeira.....	17
Resultados.....	17
Indicadores patrimoniais	17
Indicadores económico-financeiros.....	19
Perspetivas futuras	20
Aplicação de resultados	22
Outras informações	22
Remunerações do Conselho Diretivo.....	22
Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – Declarações Obrigatórias.....	23
Notas finais	24

NOTA INTRODUTÓRIA

O INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P., é um instituto público de regime especial integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, que exerce a sua atividade sob a tutela do Ministério da Saúde, e rege-se pelo Decreto-Lei n.º 46/2012 de 24 fevereiro (Lei Orgânica) e pela Portaria n.º 306/2015 de 23 de setembro (Estatutos).

As suas atribuições são desenvolvidas nos domínios da regulação, investigação, produção, avaliação e autorização, inspeção, controlo analítico, distribuição, comercialização, monitorização do mercado e utilização de medicamentos de uso humano e de produtos de saúde.

Os principais resultados alcançados no cumprimento de tais atribuições, são objeto de avaliação anual, no quadro das responsabilidades em matéria de gestão financeira e orçamental, e apresentados no Relatório de Gestão anual, o qual integra o conjunto dos documentos de prestação de contas.

O presente relatório de gestão, apresenta, pois, a síntese do desempenho da gestão na execução da sua estratégia, e os aspetos mais relevantes dos resultados obtidos na prossecução das atividades desenvolvidas em 2019, matérias melhor desenvolvidas no Relatório de Atividades 2019, e foi preparado com o fim de ajudar a interpretar e explicitar as correspondentes demonstrações orçamentais e financeiras, proporcionando informação compreensível a todos os interessados.

Acresce ainda referir, que as demonstrações orçamentais e financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública – SNC-AP, com exceção do estabelecido na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, ainda não implementada e, que correspondem à imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, da posição orçamental e financeira do INFARMED, I.P., a 31 de dezembro de 2019.

SINTESE DA ANÁLISE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Uma análise mais detalhada da execução da atividade do INFARMED, I.P. em 2019 é apresentada no Relatório de Atividades, no entanto destacam-se neste ponto alguns resultados obtidos.

O exercício de 2019 foi marcado por resultados positivos ao nível do desempenho em áreas chave da atividade de negócio do INFARMED, I.P., com obtenção de resultados significativos em termos de eficácia e eficiência.

O Infarmed, à semelhança dos anos anteriores, continua a destacar-se como uma agência de referência a nível internacional, para a qual contribuiu o desenvolvimento de diversas iniciativas no âmbito das competências desta autoridade nacional, sendo de realçar a obtenção dos resultados nos seguintes domínios:

Gestão e Avaliação de Medicamentos

- no âmbito dos procedimentos concertados entre os 28 Estados Membros da União Europeia, a evolução da participação de Portugal tem vindo a ser consolidada, sendo em 2019 o Infarmed a 3ª agência europeia que mais contribuiu para a avaliação de novos pedidos de Autorização de Introdução no Mercado (AIM) no âmbito do procedimento de reconhecimento mútuo e descentralizado como Estado Membro de Referência;
- no âmbito do procedimento centralizado, o Infarmed colocou Portugal em 2019 no grupo dos 10 Estados Membros que mais avaliação realizam em nome de toda a rede europeia de avaliação;
- no âmbito da comprovação da qualidade, o prestígio e competitividade do Laboratório Oficial de Controle de Medicamentos português na União Europeia evidenciado pelo bom posicionamento de Portugal relativamente à percentagem de amostras de Medicamentos de Reconhecimento Mútuo/Descentralizados analisadas por Portugal, face ao total de amostras analisadas por todos os Estados Membros, ocupando o 4º lugar; e o posicionamento no top 3, no que respeita à análise de medicamentos centralizados.

Produtos de Saúde

- surge um novo quadro regulamentar dos dispositivos médicos, o qual reforça áreas de relevo como a investigação clínica, a designação e supervisão das atividades dos organismos notificados, os procedimentos de avaliação de conformidade, a vigilância e fiscalização do mercado;
- continuação do desenvolvimento de um novo sistema de informação para os dispositivos médicos centrado no produto, o qual tem como objetivo permitir uma visão integrada ao circuito do dispositivo médico no mercado nacional, simplificando os anteriores processos de registo.

Farmacovigilância e segurança de medicamentos

- no âmbito no Sistema Nacional de Farmacovigilância, em 2019, foi dada continuidade a expansão das unidades regionais de farmacovigilância com a abertura da Unidade de Farmacovigilância do Centro e Norte Alentejano, e da Unidade de Farmacovigilância da Madeira.
- o número de notificações de Reações Adversas ao Medicamento (RAM) em 2019 confirmou a tendência de crescimento sustentado registado nos últimos anos.

Avaliação de tecnologias de saúde

- foi aprovado o maior número de medicamentos inovadores para efeitos de utilização e financiamento no Serviço Nacional de Saúde, em particular na área da Oncologia;
- Portugal participou ativamente nos projectos europeus, em particular na avaliação conjunta no âmbito da EUnetHTA, no projecto International Horizon Scanning Initiative, e na Declaração de La Valleta;
- assistiu-se a uma maior proximidade com as instituições do SNS, quer através da colaboração ativa da área de Avaliação de Tecnologias de Saúde e de Monitorização da utilização de medicamentos nas atividades da Comissão Nacional de Farmácia e Terapêutica.

- Importância do impulso dado ao Projecto incluir, no âmbito da avaliação de tecnologias de saúde, com o contributo ativo das associações de doentes.

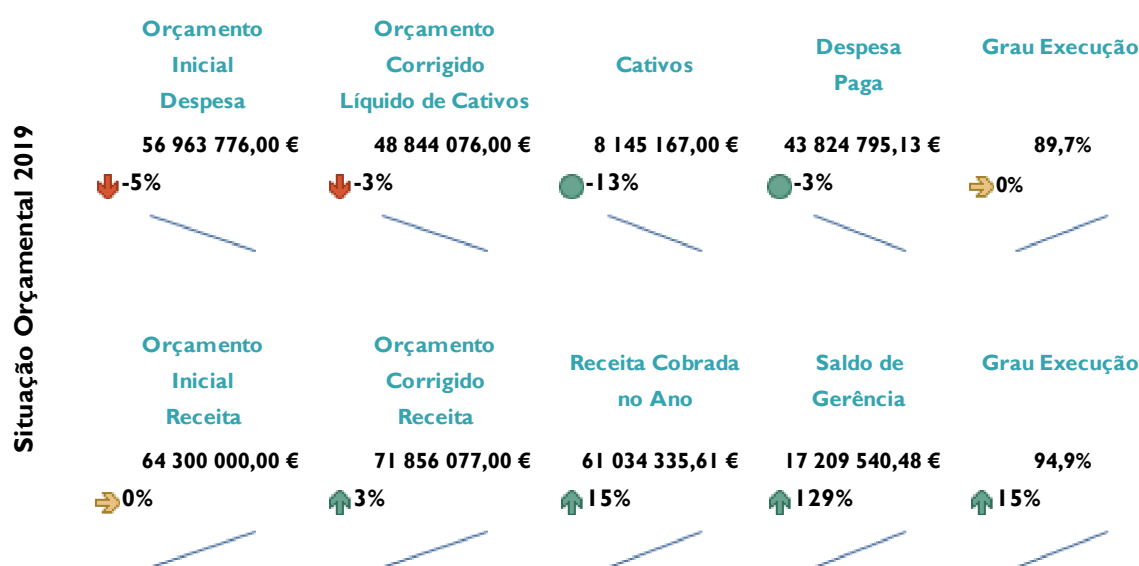
No que respeita ao nível de desempenho organizacional do INFARMED, I.P., medido através do grau de realização do Plano de Atividades, a atividade desenvolvida em 2019 conduziu à obtenção de um conjunto de resultados que permitiram a concretização da estratégia definida e a obtenção de um nível de desempenho de 96%, resultado que iguala o melhor de sempre neste Instituto. Este bom resultado global foi acompanhado do cumprimento ou superação de todos os objetivos e indicadores definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) para 2019, facto que merece ser relevado.

Em conclusão, o ano 2019 continuou a pautar-se pela manutenção de um nível de desempenho elevado, reconhecido por parte de todos os que se constituem como parceiros ou clientes do Infarmed, acompanhado por uma situação de equilíbrio económico e financeiro, como a seguir se demonstra.

DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Em 2019 o INFARMED, I.P. gerou um saldo orçamental de 17,2M€, o que correspondeu a um aumento de 129% face ao saldo gerado no ano de 2018, justificado pelo aumento da receita cobrada e pela diminuição da despesa realizada.

O aumento da receita resulta do bom desempenho na cobrança da receita “Taxas diversas”, com um peso de 95% na variação positiva global face a 2018. Por outro lado, a redução na despesa é consequência das restrições orçamentais que incidiram sobre o orçamento de despesa, em particular os cativos aplicados às dotações iniciais, num total 8,1 M€, com um peso de 14% face ao orçamento inicial, que reduziram substancialmente as dotações orçamentais disponíveis, o que conduziu à necessidade de contração da despesa realizada.



2019 → 2018

Legendas:



- Variação negativa face a 2018



- Variação negativa, mas com efeito positivo, face a 2018



- Variação positiva face a 2018



- Sem variação face a 2018

Receita

A receita cobrada líquida, evidenciada no Controlo Orçamental da Receita, ascendeu a 61 M€, situando-se quanto ao nível de execução orçamental nos 94,9%, por comparação com o orçamento corrigido, sem o efeito do saldo de gerência de 2018.

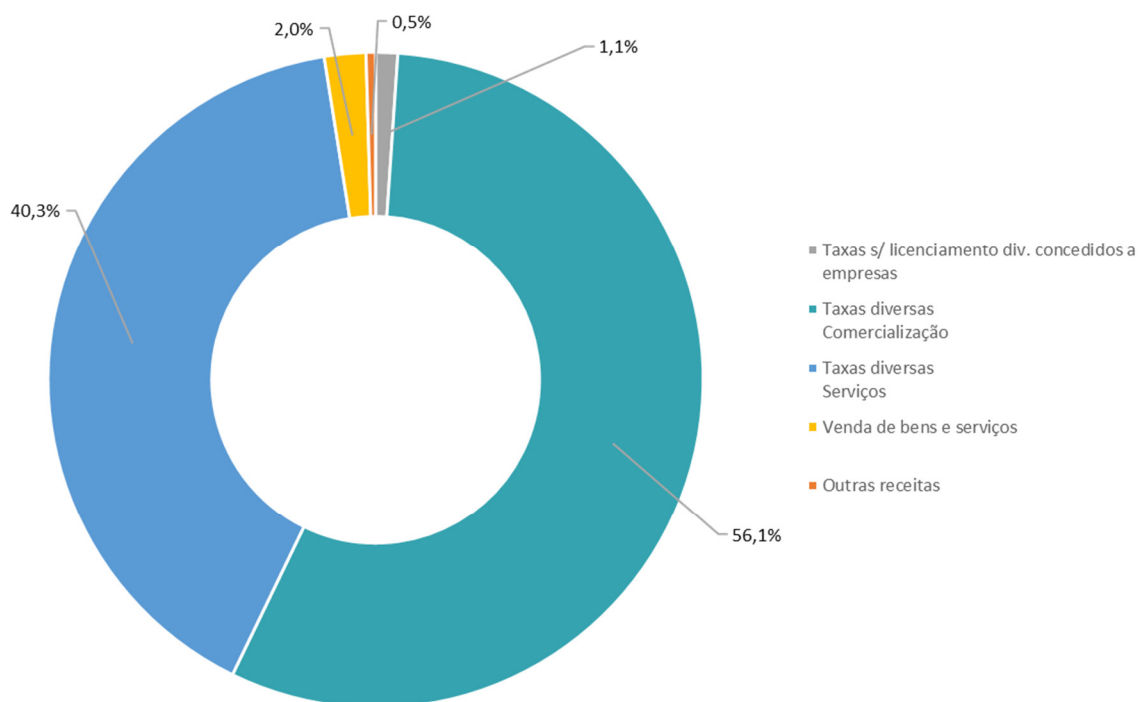
Execução da receita por tipologia

Tipo de receita	2019				2018				variações	
	Orçamento inicial	Orçamento Corrigido	Receita Cobrada Líquida	Taxa de execução	Orçamento inicial	Orçamento Corrigido	Receita Cobrada Líquida	Taxa de execução	Valor	%
Taxas s/ licenciamento div. concedidos a empresas	600 000 €	700 000 €	661 321 €	94,5%	1 500 000 €	1 500 000 €	559 280 €	37,3%	102 041 €	18%
Taxas diversas	62 156 178 €	61 696 178 €	58 837 008 €	95,4%	60 475 000 €	60 289 000 €	51 097 877 €	84,8%	7 739 131 €	15%
Coimas e penalidades por contra-ordenações	100 000 €	100 000 €	20 250 €	20,2%	400 000 €	400 000 €	50 292 €	12,6%	30 042 €	-60%
Rendimentos da propriedade - Juros - Administração Central - Estado	- €	- €	- €	-	50 000 €	50 000 €	33 120 €	66,2%	33 120 €	-100%
Transferências correntes - União Europeia - Instituições	253 822 €	279 289 €	209 802 €	75,1%	212 075 €	212 075 €	117 214 €	55,3%	92 587 €	79%
Venda de bens	5 000 €	20 000 €	18 234 €	91,2%	-	51 000 €	24 997 €	49,0%	6 763 €	-27%
Venda de serviços	1 085 000 €	1 385 000 €	1 231 669 €	88,9%	1 550 000 €	1 560 000 €	827 316 €	53,0%	404 352 €	49%
Outras receitas correntes	100 000 €	100 000 €	17 363 €	17,4%	25 000 €	75 000 €	64 206 €	85,6%	46 843 €	-73%
Reposições não abatidas nos pagamentos	- €	45 000 €	38 689 €	86,0%	-	75 000 €	73 352 €	97,8%	34 663 €	-47%
Sub-total	64 300 000 €	64 325 467 €	61 034 336 €	94,9%	64 212 075 €	64 212 075 €	52 847 655 €	82,3%	8 186 680 €	15%
Saldo da gerência anterior	-	7 530 610 €	-	-	-	5 820 851 €	-	-	- €	-
Total	64 300 000 €	71 856 077 €	61 034 336 €	84,9%	64 212 075 €	70 032 926 €	52 847 655 €	75,5%	8 186 680 €	15%

A receita cobrada líquida, quando comparada com o período homólogo, apresenta uma variação positiva de 15% (8,2M€).

Esta variação positiva encontra-se influenciada, principalmente, pelo funcionamento em pleno, em 2019, do automatismo da cobrança de receita relativas a taxas diversas - taxas de comercialização de medicamentos e produtos de saúde e, conseqüente registo automático da contabilização do recebimento. No entanto, este resultado está inflacionado por uma restituição de receita de anos anteriores, que ocorreu em 2018 e, que foi contabilizada como abatimento à receita, no montante de 4M€. Quando comparado com o período homólogo, corrigido do efeito desta restituição, regista-se uma variação positiva de 7%.

Distribuição da receita total



Os meios necessários ao financiamento da atividade do INFARMED, I.P. é totalmente assegurado por receitas próprias resultantes da cobrança de diversas taxas que lhe estão atribuídas por lei.

A autonomia face ao Orçamento do Estado é total, sendo as necessidades de financiamento completamente cobertas por taxas pagas pelas entidades que operam nos setores regulados e supervisionados, as quais em 2019 ascenderam a 59,5 M€, representando 97,5% da receita total

As taxas cobradas assumem três formas, nomeadamente:

- Taxas sobre a comercialização de medicamentos e produtos de saúde, as quais incidem sobre o volume mensal de vendas das entidades que comercializam este tipo de produtos, e que correspondem a 56,1% da receita total;
- Taxas de serviços pagas como contrapartida de um serviço requerido ao Infarmed no âmbito da avaliação de medicamentos, as quais correspondem a 40,3% da receita total; e
- Taxas de licenciamento de entidades, que representam 1,1% da receita total.

Despesa

A despesa realizada total, a 31 de dezembro de 2019, evidenciada no Controlo Orçamental da Despesa, apresenta um valor global de 43,8 M€, situando-se quanto ao nível de execução orçamental nos 89,7%, quando comparada com o orçamento disponível (orçamento inicial – cativos).

Execução da despesa total

Tipo de despesa	2019					2018					variações	
	Orçamento inicial	Cativos	Orçamento Corrigido Líquido de Cativos	Despesa paga	Taxa de execução	Orçamento inicial	Cativos	Orçamento Corrigido Líquido de Cativos	Despesa paga	Taxa de execução	Valor	%
Despesas com o pessoal	16 299 815 €	1 530 355 €	14 841 470 €	14 125 440 €	95,2%	14 191 329 €	- €	15 992 081 €	14 439 763 €	90,3%	314 323 €	-2%
Aquisição de bens	660 595 €	299 321 €	855 691 €	534 383 €	62,5%	692 782 €	240 776 €	646 456 €	458 845 €	71,0%	75 539 €	16%
Aquisição de serviços	8 010 876 €	4 269 587 €	7 079 951 €	5 037 069 €	71,1%	6 985 636 €	2 692 163 €	6 658 143 €	4 492 711 €	67,5%	544 357 €	12%
Juros e outros encargos	- €	- €	22 000 €	21 744 €	98,8%	84 243 €	- €	84 243 €	80 782 €	95,9%	59 038 €	-73%
Transferências correntes	26 229 231 €	580 655 €	22 367 633 €	21 948 285 €	98,1%	30 229 231 €	4 803 342 €	22 378 769 €	22 281 234 €	99,6%	332 949 €	-1%
Outras despesas correntes	1 752 870 €	1 465 249 €	287 621 €	236 006 €	82,1%	1 590 639 €	1 492 308 €	386 331 €	379 280 €	98,2%	143 275 €	-38%
Aquisição de bens de capital	4 010 389 €	- €	3 389 710 €	1 921 869 €	56,7%	6 130 523 €	86 684 €	4 343 087 €	3 084 430 €	71,0%	1 162 562 €	-38%
Transferências capital	- €	- €	- €	- €	-	- €	- €	100 000 €	100 000 €	100%	100 000 €	-100%
Total	56 963 776 €	8 145 167 €	48 844 076 €	43 824 795 €	89,7%	59 904 383 €	9 315 273 €	50 589 110 €	45 317 045 €	89,6%	-1 492 250 €	-3%

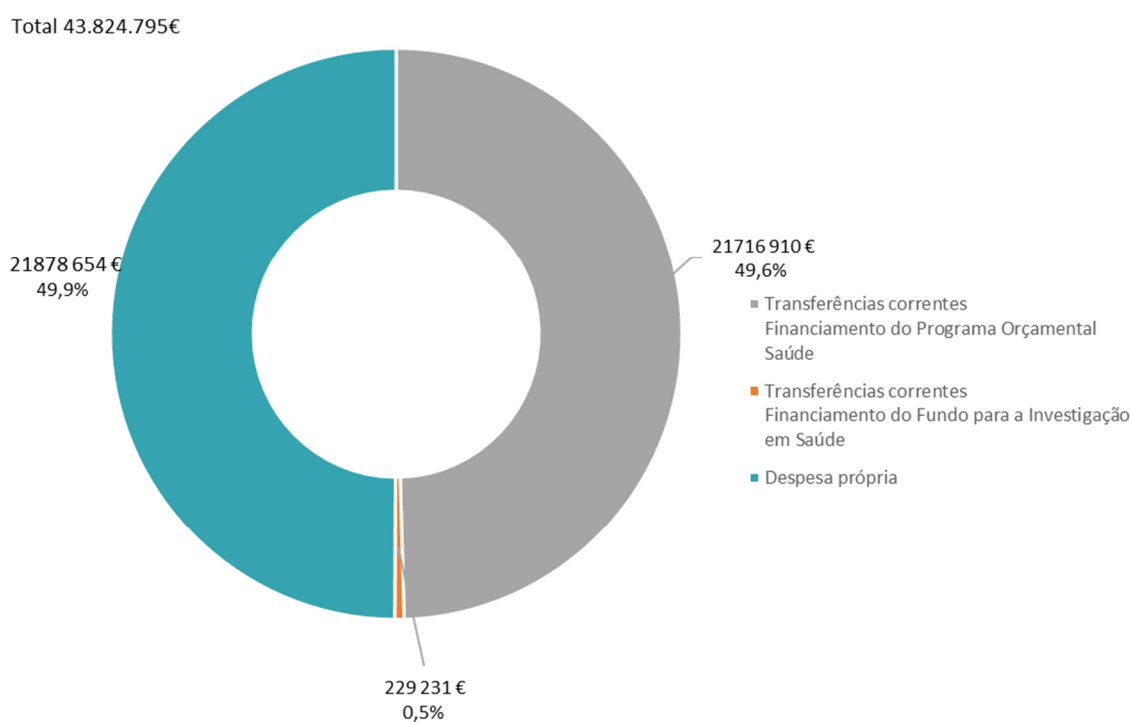
Comparativamente com o ano de 2018, verificou-se uma diminuição da despesa paga de 3% (-1,5M€), essencialmente ao nível das aquisições de bens de capital.

Com efeito, em 2019, e apesar dos esforços, não foi possível concretizar o plano de investimentos inicialmente previsto na rubrica de aquisição de bens de capital, tendo sido reprogramado em 2020.

Por outro lado, no exercício de 2018 houve lugar a um pagamento único referente ao licenciamento do software ORACLE, no valor de 0,9M€

Também as cativações aplicadas às dotações globais criaram constrangimentos na satisfação das necessidades de funcionamento do INFARMED, I.P..

Distribuição da despesa total

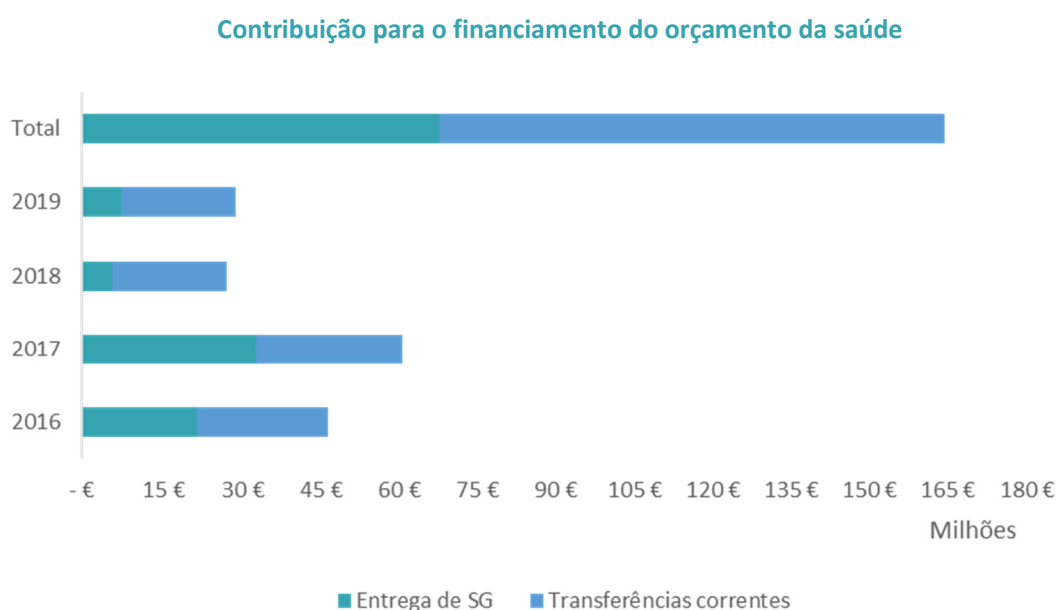


Apenas 49,9% da despesa total realizada pelo INFARMED, I.P. foi aplicada a despesa própria, destinada ao financiamento das despesas de funcionamento e da atividade operacional, tendo os restantes 50,1% sido direcionados para o financiamento do Programa Orçamental Saúde (49,6%) e para o financiamento do

Fundo para a Investigação em Saúde (0,5%), através de transferências correntes para os orçamentos da ACSS, I.P., entidade gestora do programa da saúde, e para o Fundo, respetivamente.

As transferências correntes realizadas para a ACSS, I.P. foram determinadas pela Lei do Orçamento do Estado, e destinam-se a financiar atividades de controlo da prescrição e dispensa de medicamentos e de desenvolvimento de sistemas de informação nas áreas de medicamentos e de dispositivos médicos.

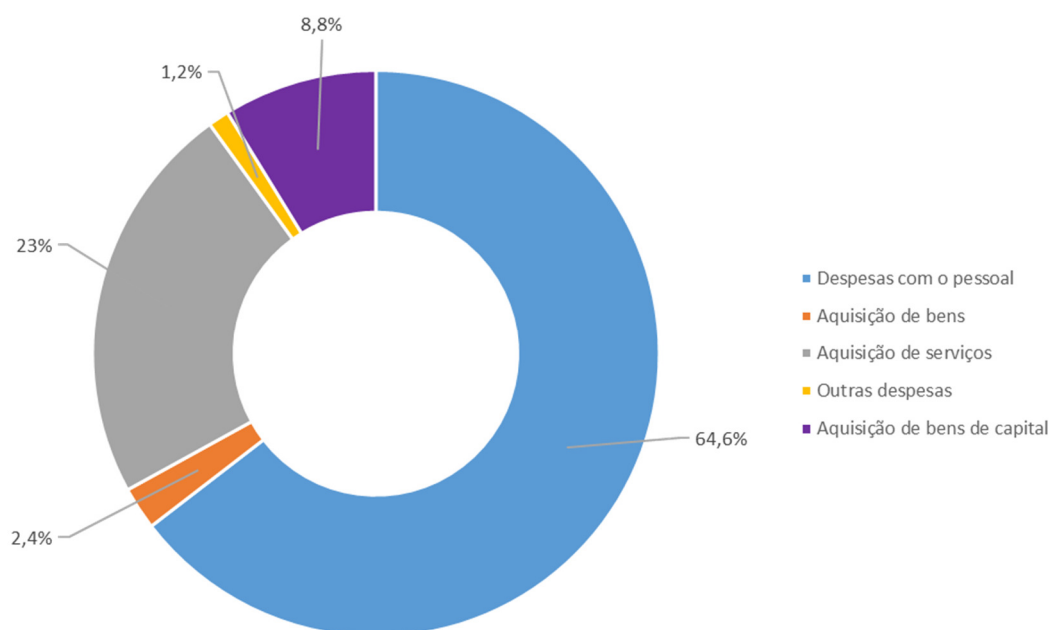
As transferências correntes para Fundo para a Investigação em Saúde (FIS), têm como finalidade dotar o Fundo dos meios necessários ao financiamento de atividades e projetos de investigação dirigidos para a proteção, promoção e melhoria da saúde das pessoas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 110/2014, de 10 de julho.



No que respeita à contribuição do INFARMED, I.P. para o financiamento do orçamento da saúde, às transferências correntes acima referidas, acresce a entrega à ACSS, I.P. do saldo de gerência de 2018 (conforme disposições do artigo 8.º e do n.º 2 do artigo 222º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro), ascendendo, assim, em 2019, o contributo do INFARMED, I.P. para o financiamento do orçamento da saúde em 29 M€, contributo esse que entre 2016 e 2019 ascendeu a 164,9 M€.

Despesa própria
(despesa total corrigida das transferências correntes)

Total 21.878.654€



A despesa com pessoal ascendeu a 14M€, representando 64,6% da despesa própria realizada, e regista, quando comparada com o período homólogo, um decréscimo de 2% (-0,3M€), influenciado pela ligeira diminuição do número de ativos de pessoal (menos 11 trabalhadores).

A despesa com aquisição de serviços corresponde a 23% da despesa própria paga e ascendeu a 5M€, traduzindo assim um aumento de 12% (0,5M€) face ao ano de 2018, onde se incluem serviços de manutenção de aplicações e serviços de farmacovigilância.

Relativamente, à aquisição de bens de capital esta despesa representa 8,8% da despesa paga, tendo atingido o montante de 1,9M€ e, regista uma diminuição de 38% (-1,2M€) face ao ano transato, explicado principalmente ao nível do licenciamento de software.

Execução da despesa total por origem de fontes de financiamento

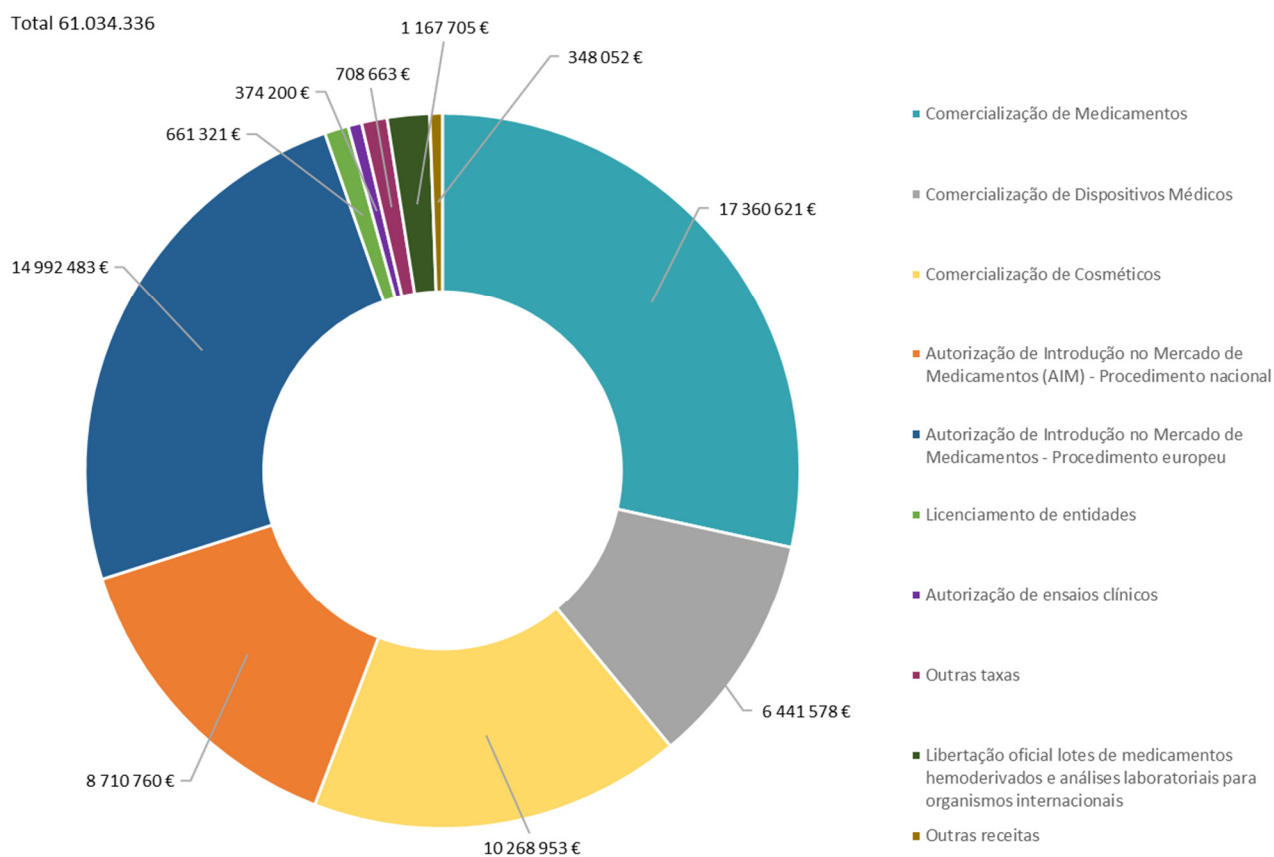
Origem de fontes de financiamento	2019					2018					variações	
	Orçamento inicial	Cativos	Orçamento Corrigido Líquido de Cativos	Despesa paga	Taxa de execução	Orçamento inicial	Cativos	Orçamento Corrigido Líquido de Cativos	Despesa paga	Taxa de execução	Valor	%
Receitas próprias afetas a projetos co-financiados-FSE	237 765 €	4 621 €	233 144 €	171 491 €	73,6%	210 175 €	- €	210 175 €	109 893 €	52,3%	61 597 €	56%
Fundo Social Europeu	253 822 €	- €	279 289 €	209 802 €	75,1%	212 075 €	- €	212 075 €	117 214 €	55,3%	92 587 €	79%
Receita própria do ano	56 472 189 €	8 140 546 €	48 331 643 €	43 443 503 €	89,9%	59 482 133 €	9 315 273 €	50 166 860 €	45 089 938 €	89,9%	1 646 435 €	-4%
Total	56 963 776 €	8 145 167 €	48 844 076 €	43 824 795 €	89,7%	59 904 383 €	9 315 273 €	50 589 110 €	45 317 045 €	89,6%	1 492 250 €	-3%

Analisando a execução da despesa por fontes de financiamento, verifica-se que 99,1% da despesa foi financiada por receita própria, tendo os restantes 0,9% sido financiados por fundos comunitários no âmbito do Portugal 2020.

ORIGEM DA RECEITA E APLICAÇÃO DA DESPESA

Receita

Origem da receita



Conforme já referido o financiamento da atividade do INFARMED, I.P., tem origem em taxas cobradas às entidades que operam nos setores regulados e supervisionados, as quais assumem essencialmente duas formas:

- Taxas sobre a comercialização de medicamentos e produtos de saúde (inclui dispositivos médicos e cosméticos), as quais incidem sobre o volume mensal de vendas, das entidades que realizam a primeira venda deste tipo de produtos no mercado nacional;
- Taxas de serviços pela contrapartida direta de um serviço requerido ao Infarmed (ex. avaliação de medicamentos, licenciamento de farmácias), cuja cobrança é efetuada no ato de submissão de um pedido de serviço.

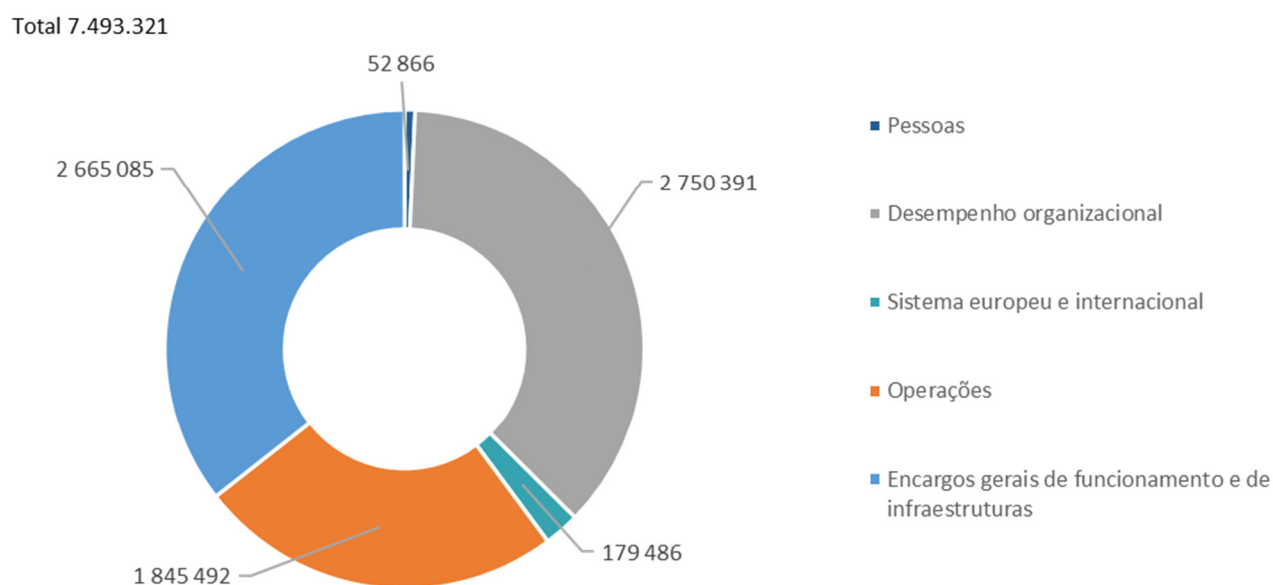
No que respeita às taxas de serviço, são de destacar as taxas cobradas pela avaliação de medicamentos por procedimentos europeus (centralizado, descentralizado e de reconhecimento mútuo), com uma importância muito representativa na estrutura de financiamento do INFARMED, I.P. (15 M€), captadas em ambiente concorrencial entre agências europeias do medicamento.

Ainda no âmbito das taxas de serviço, surge, em 2019, uma nova taxa de licenciamento para a utilização de medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da canábica para fins medicinais, de acordo com o Decreto-Lei n.º 8/2019, de 15 de janeiro.

Em relação à receita proveniente de prestação de serviços, é de salientar os serviços prestados pelo laboratório do INFARMED, I.P., de libertação oficial lotes de medicamentos hemoderivados e análises laboratoriais para organismos internacionais, que ascenderam o montante de 1,2M€.

Despesa com aquisição de bens e serviços e bens de capital

Aplicação da despesa aquisição de bens e serviços e bens de capital



No que respeita à despesa com a aquisição de bens e serviços e bens de capital, verifica-se que mais de 37% da despesa realizada foi direcionada para o desenvolvimento do desempenho organizacional, onde se inclui a despesa aplicada à melhoria de processos e ao desenvolvimento de sistema e tecnologias de informação de suporte aos processos e, para o desenvolvimento pessoal, onde se inclui a despesa aplicada à melhoria do bem estar, e segurança no local de trabalho, motivação dos trabalhadores, e desenvolvimento profissional.

Os encargos gerais de funcionamento e de infraestrutura inclui a despesa realizada com a aquisição de bens e serviços relativos ao consumo e manutenção das instalações, infraestrutura geral e equipamentos e representa 36% da despesa total com aquisição de bens e serviços e bens de capital.

A despesa aplicada às operações assume também uma importância preponderante, trata-se de despesa realizada com bens, materiais e serviços de utilização e consumo direto na execução das atividades operacionais e apresenta um peso de 25% no total da despesa com aquisição de bens e serviços e bens de capital.

SITUAÇÃO ECONÓMICO - FINANCEIRA

Resultados

Resultados	2019	2018	Variação	
			Valor	%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	18 698 691	13 544 803	5 153 888	38%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	15 926 081	10 306 819	5 619 262	55%
Resultado antes de impostos	15 926 081	10 306 819	5 619 262	55%
<u>Resultado Líquido</u>	<u>15 926 081</u>	<u>10 306 819</u>	<u>5 619 262</u>	<u>55%</u>

O exercício económico de 2019 apresenta, face ao ano anterior, uma evolução positiva dos resultados globais, influenciada essencialmente pelo aumento dos rendimentos de impostos, contribuições e taxas e dos rendimentos das prestações de serviço, no montante total de 9,5M€.

Importa referir que as provisões constituídas decorrentes de litígios judiciais diminuíram 2,6M€, face ao período homólogo, em consequência da reavaliação do risco dos processos em contencioso e da sua utilização na sequência da condenação de restituição de taxas cobradas sobre produtos cosméticos e de higiene corporal.

Indicadores patrimoniais

Indicador	2019	2018	Variação	
			Valor	%
Ativos fixos tangíveis	15 700 601	17 648 073	-1 947 472	-11%
Ativo corrente	23 743 620	11 073 549	12 670 070	114%
Património Líquido	25 708 257	31 240 693	-5 532 436	-18%
Passivo corrente	20 588 347	2 511 571	18 076 775	88%

Os acontecimentos que mais influenciaram os resultados dos indicadores patrimoniais foram os seguintes:

- Aumento da caixa e depósitos, no montante de 9,7M€, justificado principalmente pelo aumento dos rendimentos de impostos, contribuições e taxas, onde se incluem as taxas de comercialização e de serviços;
- As variações do património líquido e do passivo corrente estão influenciadas pelo reconhecimento contabilístico da entrega do saldo de gerência (SG) de 2019, a ocorrer em 2020, à ACSS - Administração Central do Sistema da Saúde, I.P. e à Direção-Geral da Saúde, em cumprimento dos despachos ministeriais e das disposições do artigo 8.º e do n.º 3 do artigo 271º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março.
- A redução dos resultados transitados de 7,5 M€, valor correspondente ao saldo da gerência de 2018 entregue à ACSS, I.P., entidade gestora do Programa Orçamental da Saúde, conforme estipulado na Lei do orçamento de Estado para 2018;
- A alteração da política de contabilização da receita com taxas de comercialização: a receita respeitante a dezembro de 2019 (mês a que respeitam as vendas) foi contabilizada no respetivo período, independentemente do mês da obrigação de declarar e pagar as respetivas vendas por parte dos clientes (janeiro de 2020).

Indicadores económico-financeiros

Indicador	Rácio	2019	2018
Estrutura Financeira			
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	0,47	0,72
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	0,88	2,61
Endividamento	Passivo/Ativo	0,53	0,28
Liquidez Geral	Ativo corrente / Passivo corrente	1,15	4,41
Liquidez Reduzida	(Ativo corrente - Inventários) / Passivo corrente	1,12	4,18
Liquidez Imediata	Meios financeiros líquidos / Passivo corrente	0,84	3,04
Funcionamento			
Rotação do Ativo	Volume de Negócios / Ativo	1,11	1,19
Prazo Médio de Recebimentos	Clientes / Volume de Negócios x 365	8,31	14,85
Prazo Médio de Pagamentos	Fornecedores / Compras + FSE x 365	32,37	27,66
Rentabilidade			
Rentabilidade operacional do Volume de Negócios	Resultados operacionais / Volume de negócios	0,31	0,26
Rentabilidade do Património Líquido	Resultados Líquidos / Património Líquido	0,62	0,33
Rentabilidade Operacional do Ativo	Resultados operacionais / Ativo	0,34	0,31

Comparativamente com o ano transato verifica-se uma diminuição de todos os rácios da estrutura financeira, justificada unicamente, e pela primeira vez, pelo registo contabilístico, por obrigação resultante da aplicação das Normas de Contabilidade Pública, da entrega do Saldo de Gerência de 2019 em 2019. Todavia, sem o efeito deste acontecimento os diversos indicadores económico-financeiros apresentam uma evolução positiva.

O Infarmed continua a evidenciar solidez financeira e capacidade para cumprir quer com as suas obrigações não correntes, quer com as suas obrigações de curto prazo, e também se constata a sua eficiência na utilização dos seus recursos.

Desta forma, o INFARMED, I.P., apresenta um Resultado Líquido do Exercício positivo em 15,9M€ (+ 5,6M€), em resultado da melhoria do desempenho da sua atividade.

PERSPETIVAS FUTURAS

A situação atual de pandemia com o COVID-19 provocou adaptações e alterações de imediato no funcionamento interno e nas atividades do INFARMED, I.P.. Foi necessário reagir e garantir uma flexibilização na reformulação dos processos a fim de dar resposta às necessidades de todos os intervenientes de medicamentos (MED), dispositivos médicos (DM) e equipamento de proteção individual (EPI).

Em 2020, o Infarmed continuará a contribuir para o combate a este novo coronavírus, pois é a sua prioridade a segurança e saúde de todos os cidadãos e profissionais de saúde e, como tal, destacam-se algumas frentes desta missão especial:

- Gestão operacional da reserva estratégica de medicamentos (MED), dispositivos médicos (DM) e de equipamento de proteção individual (EPI), criada em 2019, por forma a identificar potenciais fornecedores e comprar em articulação com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde as necessidades desta reserva, monitorizar os stocks e aquisições de MED/DM/EPI no sentido de garantir que não haja escassez, nem dispensa excessiva dos mesmos;
- Orientações para todos os intervenientes no circuito do medicamento (fabrico, distribuição e dispensa) por forma a garantir o regular abastecimento do mercado de forma segura, tanto para os profissionais envolvidos, como o cidadão em contexto de frequência de farmácia;
- Criação de diferentes suportes de Comunicação com conteúdos exclusivos sobre a COVID- 19, tanto para público como para profissionais de saúde e entidades reguladas;
- Participação nos ensaios clínicos de vacinas com OMS – Solidarity e INSERM – Dicoverly.

Não obstante do Plano de Atividades para 2020 e o Plano Estratégico para o próximo triénio (2020-2022), estarem na reta final de conclusão, podemos afirmar que ambos traçarão as linhas orientadoras da atividade do INFARMED, I.P. que serão marcadas pelos seguintes desafios:

- **Regulação:** Reforçar a ação nos domínios da regulação e supervisão, tendo presente a importância da decisão certa, no momento certo, suportada em competências técnicas e científicas especializadas;
- **Acessibilidade:** Melhorar o acesso e a utilização do medicamento e produtos de saúde, para poder permitir mais disponibilidade, melhor utilização, menores tempo de autorização e preços comportáveis pelo cidadão e pelo SNS;
- **Participação:** Dos cidadãos, profissionais de saúde e parceiros, com o objetivo de criar maior envolvimento, mais informação, permitindo assim melhores escolhas, baseadas em decisões informadas;
- **Inovação:** Criar valor para Portugal apoiando a inovação do setor, através de mais apoio regulamentar e científico ao desenvolvimento de investigação clínica.

Estes desafios são sustentados por 3 pilares fundamentais no desenvolvimento da atividade desta Autoridade no futuro e, são eles as pessoas competentes e especializados, a otimização da organização e dos seus processos, e o uso da tecnologia na interoperabilidade de sistemas, na automatização e na transformação digital dos processos.

O ano de 2020 traz alterações no Regulamento Interno, publicado no DR n.º 66/2020, Série II de 02 abril de 2020 – Deliberação do CD n.º 421/2020, e que consistem na possibilidade de criar novas áreas de desenvolvimento organizacional tendo em vista assegurar a coordenação de esforços em áreas transversais, multidisciplinares, com impacto na estratégia do INFARMED, I. P. e, na criação de uma nova Unidade a de Projetos Interinstitucionais e para o Sistema de Saúde, com competências específicas na gestão da disponibilidade do medicamento, no desenvolvimento de ações de informação ou articulação de carácter transversal em resposta a necessidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e de todo o Sistema de Saúde.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido apurado no exercício de 15.926.080,87 € será transferido para resultados transitados.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Remunerações do Conselho Diretivo

Nos termos do n.º 4 e n.º 9 da RCM n.º 155/2005, de 6 de outubro, apresentam-se no quadro seguinte as remunerações principais e acessórias auferidas, pelos membros do Conselho Diretivo, em 2018. Importa referir que no decorrer do presente exercício económico a constituição do Conselho Diretivo teve a seguinte constituição:

- No período compreendido entre 2019-01-01 a 2019-06-13

Presidente: Professora Doutora Maria do Céu Lourinho Soares Machado

Vice-Presidente: Dr. Rui dos Santos Ivo

Vogal: Professora Doutora Maria Sofia Rodrigues Pintado de Oliveira Martins

- No período compreendido entre 2019-06-14 a 2019-12-31

Presidente: Dr. Rui dos Santos Ivo

Vice-Presidente: Dr. António Manuel Nuncio Faria Vaz

Vogal: Dr.ª Cláudia Susana da Conceição Robalo de Jesus Belo Ferreira

Remunerações do Conselho Diretivo [quadro]				
Membros	Remuneração Base	Despesas Representação	Total	Datas
Presidente	23 629,02 €	8 980,66 €	32 609,68 €	01/01/2019 a 13/06/2019
	29 472,55 €	11 511,06 €	40 983,61 €	14/06/2019 a 31/12/2019
Vice-presidente	21 634,76 €	7 576,40 €	29 211,16 €	01/01/2019 a 13/06/2019
	35 804,36 €	10 175,14 €	45 979,50 €	14/06/2019 a 31/12/2019
Vogal	19 558,51 €	7 004,34 €	26 562,85 €	01/01/2019 a 13/06/2019
	23 964,73 €	9 102,59 €	33 067,32 €	14/06/2019 a 31/12/2019
Total	154 063,93 €	54 350,19 €	208 414,12 €	

Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – Declarações Obrigatórias

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 3 do art.º 15. da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro foram publicadas no sítio da internet do Infarmed, as seguintes declarações:

- Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2019.
- Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2019.
- Declaração de compromisso plurianuais existentes em 31/12/2019.

NOTAS FINAIS

O INFARMED, I.P. continua a orientar o desenvolvimento da sua atividade como base na defesa dos princípios de interesse geral, tais como a prossecução do interesse público, da igualdade, da proporcionalidade, da transparência, da justiça, da imparcialidade, da boa-fé e da boa administração.

Expressarmos assim o nosso agradecimento aos diversos órgãos consultivos do Infarmed, nos quais se incluem diversas comissões técnicas, pelo seu trabalho e envolvimento contínuo na atividade desta Autoridade.

Por último, gostaríamos de expressar a nossa gratidão a todos os colaboradores que constituem o recurso mais importante da instituição e que, mais uma vez, e em particular na situação atual de Pandemia COVID-19, demonstram uma notável resiliência, adaptação, flexibilidade e espírito de missão e cujos esforços se encontram claramente na base do sucesso continuado do Infarmed.



Rui Santos Ivo
Presidente
do Conselho Diretivo

António Faria Vaz
Vice-Presidente
do Conselho Diretivo

Claudia Belo Ferreira
Vogal
do Conselho Diretivo